



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150393 - CE (2021/0219312-3)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : ARILSON MOTA GONCALVES (PRESO)  
**ADVOGADO** : JEFFERSON VASCONCELOS FREITAS - CE032713  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
**CORRÉU** : JOSÉ NATANAEL DE FREITAS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ARILSON MOTA GONCALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC 0627140-83.2021.8.06.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, na data de 7/12/2020, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 c/c art. 40, inciso VI, todos da Lei n. 11.343/06. O flagrante foi convertido em preventiva em 23/12/2020.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal advindo do excesso de prazo na formação da culpa, pois o recorrente se encontra custodiado há mais de 5 meses sem que tenha se iniciado a instrução criminal.

Afirma que as "omissões comissivas do magistrado, seja em designar audiência de instrução ou em analisar o pedido de relaxamento por excesso de prazo, consubstancia-se em ato coator, uma vez que além de excessivamente morosa a falta de decisão teria esta ausência o escopo inviabilizar o manejo de *habeas corpus*" (fl. 246).

Argumenta que, caso sobrevenha condenação, considerando ser o paciente primário, esta se dará em regime semiaberto, ou seja, menos gravoso do que o segregado se encontra.

Aduz, ainda, a ilicitude da prova produzida mediante violação de domicílio.

Defende, por fim, que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, seja permitido ao recorrente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a matéria foi analisada na decisão combatida que elencou os seguintes fundamentos:

- EMENTA:HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. (ARTS. 33 E 35 C/C ART. 40, VI, TODOS DA LEI Nº 11.343/06). TESE DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA JULGADA EM WRIT ANTERIOR. REITERAÇÃO DE PEDIDO. ANÁLISE DE OFÍCIO. EXISTÊNCIA DE CERTA DEMORA, MAS NÃO APTA A CONFIGURAR EXCESSO DE PRAZO. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA, COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO DE ORIGEM.
1. Na presente ação constitucional de habeas corpus, busca-se a soltura do paciente, mediante a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, posto que o paciente está encarcerado há mais de 05 (cinco) meses sem que tenha se iniciado a instrução criminal.
  2. Prima facie, verifica-se não ser necessário adentrar na análise do mérito quanto aos pleitos formulados pelo impetrante, uma vez que, analisando os autos, percebe-se que a presente ordem veicula pedidos idênticos àqueles contidos em outro mandamus, no caso o Habeas Corpus nº 0622116-74.2021.8.06.0000, também distribuído à minha Relatoria, havendo a ordem sido julgada em 24/03/2021.
  3. O supracitado writ foi protocolado em 15/02/2021 (termo de fls. 85/86), enquanto o presente foi protocolado em 17/05/2021 (termo de fls. 210/211), estando ambos instruídos de maneira semelhante.
  4. Desse modo, trata-se de reiteração de pedido, não existindo fato novo que justifique a nova impetração, sendo incabível sua análise, tendo o presente habeas corpus, portanto, as mesmas partes e idêntico fundamento daquele ajuizado no mesmo período, afigura-se inquestionável a repetição de postulações.
  5. Daí porque não há de ser conhecido também os pleitos em alusão, restando imperioso reconhecer-se a litispendência, que comportaria a extinção do presente processo sem análise meritória, conforme dispõe o art. 485, inc. V, do Código de Processo Civil, aqui também aplicável subsidiariamente, conforme autorização expressa do art. 3.º, do Código de Processo Penal.
  6. Não obstante, mesmo reconhecida a repetição de pedidos, examina-se a matéria de ofício, para verificar a existência de flagrante ilegalidade.
  7. In casu, verifica-se a existência de uma demora acima do esperado, tanto no impulso oficial da Ação Penal de origem, quanto na decisão acerca do Pedido de Relaxamento. No entanto, considerando o contexto dos incidentes processuais, em especial a Exceção de Suspeição interposta em face do Magistrado a quo, o atraso não configura excesso de prazo.
  8. Assim sendo, necessário e suficiente a recomendação ao juízo primevo no sentido de que impulsione a Ação Penal de origem com a maior celeridade possível, devendo, incontinenti, decidir o Pedido de Relaxamento pendente de apreciação.
  9. Ordem não conhecida, com recomendação ao juízo de origem.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente